



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

FÁBULAS NA USP: ONDE FRANCISCANOS E ÍNDIOS SE ENCONTRAM?

Viviane Angélica Silva
Universidade de São Paulo/ USP
Programa de Pós-Graduação em Educação
vivianeangelica@usp.br

Introdução.

O ensino superior no Brasil, na tentativa de (re)inventar a tradição acadêmica tenta conciliações entre diferentes modelos e concepções de universidade. A Universidade de São Paulo, em particular, tem construído, ao longo de seus setenta e sete anos, conciliações que a projetam à condição de modelo do ensino superior não apenas brasileiro, mas também latino-americano. A dimensão da importância científica, política e econômica desta universidade pode ser vislumbrada na obra "*USP 70 anos - imagens de uma história vivida*", publicada no contexto das comemorações dos setenta anos da universidade. Esta obra enciclopédica indica que a USP ao longo de sua história tem sido concebida como modelo de universidade que, dentre outros aspectos, tem como princípio básico a vocação para a pesquisa, o ensino e a extensão. Sendo assim, atua na prestação de serviços vinculada aos interesses coletivos. Porém persegue o desafio da autonomia, buscando a prevalência das normas próprias da instituição. Como não poderia deixar de ser, essas conciliações acompanham a dinâmica dos tempos e vão deixando marcas mais ou menos permanentes na história dessa universidade.

Tendo isso em vista, interessa considerar como algumas tradições (re)inventadas nesta universidade permeiam seu cotidiano acadêmico e interpelam seus diversos posicionamentos frente à realidade brasileira. Concedendo certa deferência às discussões sobre relações raciais no Brasil, a pesquisa que enseja esse trabalho tem perguntado se os modelos de universidade que a USP concilia definem ou não a configuração racial do corpo docente, bem como o estabelecimento de uma intelectualidade negra nessa universidade. Ciente da impossibilidade de dar conta de um panorama completo de todas as *fábulas* que teceram a história dessa universidade, o trabalho ora apresentado se detém apenas em algumas *delas*, especialmente as primeiras e especula suas possíveis reverberações, considerando que no processo de (re)inventar tradições há possibilidade de permanências culturais nas estruturas institucionais.



Primeiras Fábulas.

No dia 25 de janeiro do ano de 1954, a cidade de São Paulo celebrava seu aniversário de quatrocentos anos. Na mesma data, a Universidade de São Paulo (USP) completava vinte anos de fundação. Como parte das comemorações promovidas pela universidade, foi lançada a obra “*História da Universidade de São Paulo*”, escrita pelo professor Ernesto de Souza Campos¹. Sua monumentalidade é atestada pelo seu caráter enciclopédico, pelo pioneirismo da escrita da história da então *novel* universidade. O autor apresenta com riqueza de documentos as raízes da universidade, buscando em Portugal e nas figuras dos jesuítas no Brasil, os fundamentos do projeto USP.

Souza Campos nos faz conhecer detalhadamente personagens e eventos que nesses quatro séculos de presença portuguesa em solo Piratininga ensejaram ações na política e na educação que desembocaram no decreto de fundação da USP em 1934. O autor destaca não apenas a presença portuguesa nos primórdios dessa universidade, como testemunha a influência de outras nacionalidades européias, bem como a norte-americana, na construção da Universidade de São Paulo.

A pedra fundamental da universidade foi lançada no dia 23 de janeiro de 1954(p.164). Souza Campos conta que o símbolo da Cidade Universitária, a Torre Universitária, sua “síntese, o sino, a alma” (p.01), foi oferta da Colônia Portuguesa, sob a proteção da Casa de Portugal. Para nos fazer saber sobre as “raízes d’além mar” (p.01) fincadas no solo da USP, o professor nos leva a Coimbra, cuja universidade, ao erigir seu primeiro edifício, tomou por patrono o apóstolo São Paulo, o mesmo que ocupa a cátedra do brasão da USP. (p.10)

Revolvendo a terra sobre as “raízes locais”, Souza Campos credita aos jesuítas a primazia do ensino no Brasil, missão que teriam cumprido com exclusividade durante os dois primeiros séculos da América Portuguesa. No caso de São Paulo, destaca a ação daqueles que foram os “(...) dois grandes semeadores da civilização nacional” (p. 38), a

¹Conforme indica a página eletrônica da Academia de Medicina de São Paulo, Ernesto de Souza Campos (1882-1970) graduou-se em Engenharia pela Politécnica e em Medicina pela então Faculdade de Medicina e Cirurgia. Sua atuação foi vasta na construção da Universidade de São Paulo. Foi figura política que desempenhou papel-chave na construção do complexo Faculdade de Medicina-Hospital das Clínicas, foi diretor da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, presidente da primeira comissão de pesquisa da Universidade de São Paulo, presidente da comissão encarregada da construção da Cidade Universitária, presidente da comissão encarregada das comemorações dos vinte anos da USP e Ministro da Saúde e Educação no governo de Eurico Gaspar Dutra.



saber, o jesuíta Manoel da Nóbrega, fundador de São Paulo de Piratininga, que transpôs para a então aldeia o Colégio São Vicente (p. 38). O outro jesuíta, José de Anchieta, teria sido o grande braço direito do padre Nóbrega. Para Souza Campos,

Nóbrega foi o Fundador; Anchieta o Apóstolo (...). Nóbrega foi a espada habilmente manejada que recortou a fundo o molde da primeira civilização brasileira; Anchieta foi o florete leve e macio que se frustrava ao “tocato”, para esgrimir mais além e contra a incultura do gentio (CAMPOS, 1954:38).

Ao discorrer sobre “as raízes das primeiras fundações universitárias brasileiras” (p. 25). Souza Campos diz que as tentativas de criação de uma primeira universidade brasileira são numerosas, tendo sido alongadas por mais de três séculos e meio, num período que vai da era quinhentista ao segundo decênio do século passado. Aponta que o Brasil foi o último país da América a instituir o ensino superior universitário, apesar de inúmeras tentativas de homens interessados.

O dia 11 de agosto de 1827 marca a história do ensino superior no estado de São Paulo com a criação do curso de Direito, que assentado no convento de São Francisco alicerçou a matriz da futura Universidade de São Paulo. Os sinos do Largo São Francisco são definidos por Souza Campos como símbolos da comunhão de idéias que vinculavam a Igreja e a Escola.

Apesar da criação de escolas de ensino superior em alguns estados brasileiros, vários anos se passaram até o Brasil navegar novos mares na história do ensino superior. Na segunda década do século XX verificou-se intensa propaganda em torno dos problemas universitários. Os problemas eram muitos: ausência de universidades, pouquíssimas escolas superiores, muitos alunos e material didático deficiente. Acresce ainda a inexistência propriamente dita de Filosofia, Ciências e Letras e a lamentável situação do ensino secundário. Nesse cenário, foram promovidos dois grandes inquéritos em São Paulo pelo jornal “o Estado de São Paulo” em 1926 e no Rio de Janeiro pela ABE (Associação Brasileira de Educação).

Em São Paulo, Souza Campos destaca a importância da ação do jornalista Júlio de Mesquita Filho na luta pela universidade, cujo esforço só colheu resultados durante o governo de Armando de Salles Filhos, quase uma década depois. O inquérito promovido pelo jornal “O Estado de São Paulo” considerando a importância capital da



formação de elites culturais numa democracia, apontava para a urgência de criação de estabelecimentos de pesquisa científica e de cultura livre e desinteressada, objetivando o progresso do saber humano em detrimento da organização de um ensino geral; sugeria a criação de uma universidade em São Paulo orientada por um espírito universitário moderno, que de maneira autônoma integrasse faculdades profissionais, institutos técnicos de especialização e institutos de altos estudos, nos moldes de uma organização orgânica (p. 73-90).

Testemunhando estas discussões em tempo real, Souza Campos afirma ter ressaltado a importância de trazer à tona a discussão básica sobre os tipos de universidade, que não deviam ser perdidos de vista. Lembrava que, tradicionalmente, nas universidades européias os ramos do conhecimento se assentavam em quatro ou cinco faculdades existentes (na maioria das vezes, filosofia, teologia, direito e medicina). As ciências novas dos tempos modernos tendiam a se assentarem em escolas isoladas. Apesar de sua importância, as escolas de engenharia e outros institutos técnicos na Europa raramente faziam parte das organizações das universidades, onde permanecia a ênfase nas quatro ou cinco faculdades tradicionais, isolando o ensino das ciências aplicadas e os estudos de cunho profissional, das ditas ciências puras que ocupavam lugares de privilégio.

Souza Campos localiza nesse ponto a diferença entre as universidades européias e as norte-americanas, que freqüentemente incorporam as engenharias e outros institutos modernos na sua organização universitária. As universidades norte-americanas, conforme o autor, entenderam como proveitosa a associação entre ensino científico e o profissional. Desse modo, a universidade norte-americana caracteriza-se por ser um “tipo misto” (p. 95) que abrange educação e instrução, ou seja, estudos culturais, científicos e profissionais. Souza Campos ressalta, que se é possível (ou muitas vezes desejável) as universidades do tipo “cultural puro” quanto à sua finalidade, não existe o tipo profissional puro como forma de organização universitária. Para o Brasil, recomendava

(...) o tipo misto, com um bom núcleo de estudos científicos e culturais desinteressados, que irá crescendo gradualmente pela justaposição de novas peças, até atingir o valor das faculdades de filosofia ou ciências e letras, ou artes liberais, sistema completado pelas escolas profissionais, que possuam elevada organização científica e capacidade para desenvolver pesquisas



originais, condição indispensável para manutenção desses institutos no alto nível que lhes compete. (CAMPOS, 1954, p. 96-97)

Após uma história de estudos, discussões e mobilizações, no dia 25 de janeiro de 1934, o interventor Armando de Salles Oliveira, concretiza a conjugação sob o regime universitário, das consolidadas instituições de ensino superior existentes no estado de São Paulo. Souza Campos informa que o decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934 “Cria a universidade de São Paulo e dá outras providências” (p.100).

Conforme indica Souza Campos, a universidade já nasceu pré-formada, pois reuniu escolas de ensino superior que já possuíam tradição, reconhecimento, produção científica, magistral e cultural. Assim era esse o panorama da educação superior em São Paulo no ano de 1934: onze estabelecimentos de ensino superior, seis oficiais mantidos pelo governo e cinco particulares (p.70). Souza Campos testemunhou também outra grande passagem na história da universidade de São Paulo diretamente relacionada com uma de suas finalidades, a saber, a pesquisa. No ano de 1948 foi constituída a comissão de pesquisa “com a finalidade de coordenar e estimular a investigação científica, cabendo-lhe, ainda, a missão de apurar o rendimento do trabalho dos docentes em regime de tempo integral”. (p.262). Coube ao professor Ernesto a presidência da *novel* comissão.

Souza Campos apresenta a história de cada instituição que configurou a Universidade de São Paulo no momento em que foi fundada. A mais antiga delas, é, conforme já indicado, a Faculdade de Direito, cuja criação data de 11 de agosto de 1827, cuja base foi fortemente consolidada pela igreja católica, sendo assentada no antigo Convento de São Francisco.

Souza Campos teve também muito o que contar sobre a história da Faculdade de Medicina de São Paulo. Além de ter sido aluno desta faculdade, participou de vários aspectos da sua construção. Indica que a lei Rodrigues Alves de 19 de dezembro 1912, criou a então chamada Faculdade de Medicina e Cirurgia, regulamentada em janeiro do ano seguinte, tendo sido nomeado o Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho² como diretor da nova casa, cargo que ocupou até a data de sua morte, em 5 de junho de 1920. Tendo

²Souza Campos apresenta na página 349 alguns traços biográficos deste médico brasileiro, um dos fundadores da Faculdade de Medicina integrada à USP.



acompanhado muito de perto a atuação do diretor, Souza Campos traz com detalhes toda a obra empreendida por Dr. Arnaldo de Carvalho na consolidação da faculdade. Uma das iniciativas do diretor consistiu no acordo que promoveu entre o Estado e a Fundação Rockefeller³, assinado no dia 9 de fevereiro de 1918. O autor aponta esse acordo como o ponto de partida da construção de todo o conjunto de laboratórios no Centro Médico do Araçá⁴. A comissão executiva da Rockefeller deliberou o auxílio a ser empregado na construção dos laboratórios. Em 1931 ocorre a inauguração do novo edifício dos laboratórios e da administração e em 1934, a Faculdade de Medicina de São Paulo, erguida sobre o planalto do Araçá, é integrada à Universidade de São Paulo.

Souza Campos teve o cuidado de contar a história de cada instituto que compôs a Universidade de São Paulo. Embora cada um tenha a sua importância singular, não é propósito deste trabalho aprofundar nos detalhes conhecidos da trajetória de cada um destes institutos que hoje totalizam mais de quarenta unidades⁵.

No cinquentenário da Universidade de São Paulo, em 1984, nova obra é publicada no contexto das comemorações, a qual foi relançada em 2006. De autoria do professor Sebastião Witter, não pretendia ser comemorativa, mas trazer registros documentais dos debates que a universidade enfrentou ao longo de cinquenta anos. Nisso, difere bastante da obra inserida no contexto das comemorações dos primeiros

³Conforme analisa Marinho, (2001) a influência norte americana no ensino superior brasileiro é usualmente associada aos acordos de 1966 conhecidos como MEC-USAID, fundamentais para o processo de Reforma ocorrida em 1968. Ela indica que, apesar da grande resistência gerada pela atuação dos técnicos norte-americanos, estes imprimiram ao ensino superior brasileiro uma concepção mais *utilitarista* de ciência, com preocupações mais mercadológicas, em contraste com a herança mais *humanista*, traço marcante na concepção européia de universidade. A autora ressalta que a presença norte-americana na USP é bem anterior, tendo começado em 1916 na parceria entre a Faculdade de Medicina e Cirurgia, que veio a ser integrada à USP na ocasião da sua fundação em 1934, e a Fundação Rockefeller, que configurou importantes aspectos da filantropia científica norte-americana no Brasil.

⁴Em vários momentos da obra Souza Campos refere-se ao conjunto de obras e edifícios referentes ao complexo médico que foi integrado à USP como "Campus Médico do Araçá" (p.152), "Centro Médico do Araçá" (p. 405), "Faculdade de Medicina, no planalto do Araçá" (p.117), etc. Pesquisando sobre o significado da palavra "Araçá", cheguei ao *site* da prefeitura de um município do interior de São Paulo chamado "Araçatuba". A página da prefeitura indica na seção "História", que o nome "Araçatuba" "provém do vocábulo indígena que significa: terra do Araçá", espécie de fruto abundante na região.

⁵Souza Campos dedica muitas análises à história da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, tendo sido seu diretor nos anos 1937 e 1938. Indica que a faculdade nasceu no decreto de fundação da USP com o propósito de ser sua célula *máter*, o elo de integração científica e cultural da nova universidade, articulando as várias unidades que a compunha. Outra grande preocupação da *novel* faculdade foi a constituição do seu corpo docente. Conta o professor Souza Campos que foi contratada uma verdadeira missão estrangeira composta por professores recrutados em diversos países da Europa, sobretudo, França, Alemanha e Itália.



vintes anos encomendada ao professor Ernesto de Souza Campos, com francos ares de celebração. Ao contrário, Witter indicava “esgotamento” e “perda de identidade” (p.20) vividos pela universidade, fruto de orientações ideológicas “do liberalismo oligárquico dos anos 30” (ibidem).

Witter percorre algumas trilhas abertas por Souza Campos na historiografia da universidade pelas quais se acessa o decreto de fundação de 25 de janeiro de 1934, bem como são apresentados nomes fundamentais deste processo, tais como Armando Salles, Fernando Azevedo, Júlio de Mesquita Filho e outros intelectuais em torno do jornal O Estado de S. Paulo, componentes da comissão que se auto-denominava “A Comunhão Paulista Ilustrada” ⁶ (p.24) responsável pela elaboração do projeto da universidade. Witter assinala que a criação da USP era deliberadamente um projeto político cultural para São Paulo e para o país, com intenções de renovar a vocação bandeirante do estado, que teria na universidade nova via de avanço para o progresso. Witter traz as palavras de Júlio de Mesquita:

“Vencidos pelas armas, sabíamos que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação. Paulistas até a medula, herdáramos de nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a Universidade?” (WITTER, 2006:25).

A universidade traria assim, as ferramentas para que a nação conscientizasse de si, das suas potencialidades e destinos a partir do momento que dispusesse de institutos cuja função seria a busca da mais alta e qualificada cultura científica, filosófica e artística. O projeto previa ainda que a universidade, a partir dos seus institutos, deveria voltar-se para a “formação das classes dirigentes” (p.25), muito necessárias em um país como o Brasil, tão diverso. Witter indica também que o projeto de Universidade concretizada no seu decreto de fundação, passou ao longo da sua história por sucessivas avaliações, mas tendo sempre em vista o projeto original. São Paulo seria na visão dos proponentes do projeto USP o estado a quem caberia uma obra de tamanha grandeza.

⁶ Ver Cardoso, Irene. (1982), A Universidade da Comunhão Paulista. São Paulo, Cortez.



Confabulações.

A agenda da filantropia científica norte-americana no Brasil foi definida por Marinho (2005) como “a destinação de recursos privados para a atuação em atividades de interesse público, no caso a produção de conhecimento científico em institutos isolados de pesquisa ou departamentos universitários” (p.52). A agenda focalizou num primeiro momento as áreas da saúde pública e ensino médico. Conforme indica a autora, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo reunia as condições necessárias para se tornar uma “Rockefeller's School” (p.63). Durante as articulações acadêmicas, membros da fundação visitavam o Brasil para conhecer a realidade nacional e produzir relatórios onde analisavam diversos aspectos da realidade brasileira. Marinho traz trechos de um destes documentos, datado em 25 de outubro de 1920, onde o Brasil era referido nos seguintes termos:

Presentemente a população se compõe de negros incapazes, brancos parasitas de origem portuguesa e uma grande porcentagem de seus descendentes híbridos, com traços aqui e ali de características indígenas. (...) O Brasil Sul, começando no Estado de São Paulo, foi colonizado por portugueses destemidos e auto-confiantes que desde o começo cruzaram com índios nativos, desenvolveram uma estirpe brasileira resistente, estabeleceram-se nas estreitas margens costeiras de Santos e logo passaram a explorar e conquistar o interior. Esta população tem sido revigorada por uma onda de imigrantes europeus que continua a trazer para os estados sulistas tipos vigorosos de colonos - italianos, alemães, austríacos e poloneses. Os japoneses também estão chegando em grande número. Tais imigrantes ficam raízes no solo e tendem, na segunda geração, a tornar-se uma raça de brasileiros fortes e brancos. (...) Tais Estados do Sul, tendo a vantagem de um clima mais frio e mais variável e uma população muito mais viril, têm sob sua conta o futuro do Brasil. É o homem branco auto-confiante que está expandindo a fronteira e deitando as fundações de uma civilização mais progressista. O Estado de São Paulo é o centro e a alma deste movimento, com Rio Grande do Sul prometendo se tornar um importante segundo lugar. A esperança do Norte reside na liderança do Sul e no sangue destes Estados e da Europa. (...) Os brasileiros são um povo latino, de origem portuguesa, e há gerações vêm sendo ardentes imitadores dos franceses. (...) (Rose, 1920 apud Marinho, 2005: 65).

A discussão apresentada no documento da Fundação Rockefeller é também contemporânea à outra, travada aqui no país, que embora não dispusesse de um ensino superior estabelecido e consolidado, possuía intelectuais que perseguiram o rigor acadêmico na tentativa de construção de teorias científicas que ajudassem a entender e orientar o Brasil como um projeto de nação, ainda que muitas dessas teorias tivessem o caráter de “sociologias de encomenda” (Ventura, 1991, p. 62). Conforme indica



Diwan (2007), o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, por exemplo, (que foi o primeiro diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia, como dito anteriormente) era também um grande defensor da eugenia como solução para o desenvolvimento do Brasil. Embora não seja interesse deste trabalho investigar esse conjunto de pensadores, basta pontuar aqui que a construção de um regime republicano no Brasil implicou em caminhar nas sendas do racismo científico como vias pertinentes sobre as quais se assentou o projeto liberal brasileiro. (Ventura, 1991, p. 58)

Importante ressaltar que não é possível desconsiderar que concomitante a essas ideologias, já havia a defesa neste momento, de um Brasil aberto à mestiçagem. Conforme indica Dantas (2008), a preocupação com a unidade da nação motivava o mergulho de intelectuais no que seriam as ditas coisas brasileiras. A idéia de um Brasil mestiço sintetizada por Gilberto Freyre tem, portanto, história anterior às suas formulações (Dantas, 2008, p.57).

A mestiçagem como síntese das três raças na definição da cultura nacional foi sucessivamente ocupando o espaço do racismo científico. As teses freyrianas traduziram significativos reajustes interpretativos. A miscigenação equalizava culturalmente as raças e suprimia antagonismos tornando promissor o futuro da nação. O Brasil torna-se peculiar no seu desenvolvimento pacífico. A produção de riquezas no país passa a ser entendida como resultado da participação equânime das três raças. (Ventura, 1991).

Boa parte da sociologia das relações raciais no Brasil tem se dedicado a compreender o impacto causado pela chamada teoria da democracia racial, um desdobramento da obra de Gilberto Freyre (Munanga, 2002). Uma crítica importante do legado *freyriano* é proposta por Roberto DaMatta (1990) e consiste na análise da chamada *fábula* das três raças, que constitui uma poderosa força ideológica do Brasil e que tem no mito da democracia racial as bases de um projeto político e social para o país. DaMatta indica que a triangulação étnica se tornou uma arma poderosa na auto-imagem do país em todas as suas instituições. Para ele, esta ideologia:

(...) tornou-se uma ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e se utilizando do branco, do negro e do índio como unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou redenção das massas.” (DaMatta, 1990: 63).



O autor acredita que a solução na “forma da fábula das três raças cunha um racismo à brasileira, uma ideologia capaz de conciliar uma série de impulsos contraditórios” (p.68). O racismo à brasileira contou com a justificativa católica para a colonização portuguesa no seu processo de exploração de negros e índios. À explicação de Gilberto Freyre sobre uma suposta disposição portuguesa à mestiçagem, DaMatta contrapõe ressaltando que um traço distintivo de Portugal seria a importância histórica das idéias de hierarquias onde tudo e todos têm lugar social específico.

DaMatta considera que, se numa sociedade fortemente hierarquizada, como a brasileira, há possibilidade de brancos, negros e índios interagirem, não é porque a colonização portuguesa tenha sido mais humanitária, mas porque negros e índios ocupavam lugares específicos na sociedade hierarquizada, com o mestiço ocupando espaços intermediários e intersticiais, de modo que as gradações e nuances tornam-se pontos chave. Desse modo, DaMatta considera que o triângulo onde cada vértice é ocupado por um grupo racial permite novas triangulações que indicam conciliações e sincretismos das posições polares onde o mestiço funciona como "válvula de escape" (Degler, 1976; apud DaMatta, 1990: 83).

Para ampliar a compreensão da história da idéia em torno de democracia racial, Gomes (2006) aponta como fundamental o chamado Movimento Bandeira, apoiado por Armando de Salles e que teve participação ativa de Cassiano Ricardo, que sistematizou entre os anos 1935 a 1940 na obra "Marcha para o Oeste" o avanço do movimento bandeirante centralizado em São Paulo para todo o Brasil (p.144). Nesta obra o autor defende uma "democracia tipicamente brasileira" cujo argumento fundamental era a necessidade de harmonia racial (ibidem). Cassiano Ricardo teria apontado São Paulo como eixo da construção de uma nacionalidade original para o Brasil, exaltando o papel dos bandeirantes. Os três grupos raciais teriam colaborado para a expansão bandeirante, "hierarquicamente dispostos pela função que cada cor adquiriu na organização de cada grupo" (Ricardo, 1937:97; apud Gomes, 2006:145). Assim, no pensamento de Cassiano a reunião das três raças na bandeira aconteceu de forma hierárquica, com aproveitamento de todos os elementos, mesmos os inferiores, sem utopias igualitárias, de modo que democracia significa hierarquia. A hierarquização não seria impedimento



para a mobilidade social, já que havia a mestiçagem, onde uma raça se fundia à outra e uma classe passava a outra. A Bandeira teria cumprido a função de mediadora contra manifestações que ameaçasse a unidade nacional, uma vez que ao combater os quistos étnicos (como o quisto negro dos Palmares e o quisto vermelho do Recôncavo), a bandeira seria um agente integrador. (Gomes, p.149)

As considerações sobre a fábula das três raças e a vocação bandeirante do estado de São Paulo indicam interpretações do passado brasileiro escoradas em possíveis qualidades do colonizador português. Para Bosi (1992), duas dessas grandes interpretações seriam: 1) a que ressalta o "espírito aventureiro" do português, uma "ética da aventura" oposta à "ética do trabalho" presente em Sérgio Buarque de Holanda e 2) o "patriarcalismo polígamo" proposto por Gilberto Freyre. (p.27). Bosi indica que:

Os vários modos da chamada *assimilação* luso-africana e luso-tupi adquirem, vistos por essa ótica, um relevo tal que acabam deixando em discreto ou subentendido segundo plano os aspectos estruturais e constantes de assenhoreamento e violência que marcaram a história da colonização tanto no Nordeste dos engenhos e quilombos quanto no Sul das bandeiras e missões. (Bosi, 1992:27)

Bosi considera que interpretações como a de Buarque e Freyre abrem espaços para certa idealização do vencedor, como "uma sutil sublimação do bandeirantismo" no pensamento de Buarque, que "relativiza o contexto de agressão e defesa que definiu objetivamente as incursões dos paulistas". Bordejando questões referentes ao projeto intelectual paulista, Buarque teria ainda se prestado a abonar e subscrever a "apologia que Júlio de Mesquita faz da colonização portuguesa " (Bosi, p.29).

Júlio de Mesquita, que aqui já foi indicado como um dos intelectuais do grupo A Comunhão Paulista Ilustrada, não estava sozinho numa literatura ufanista paulista. Esse era o tom que matizava a historiografia do estado nos anos 20, 30 e 40 do século XX, empenhada na construção de um passado positivo de São Paulo e da saga bandeirante, conforme explica Souza (2000). Esta autora indica que, de um lado, há uma vasta historiografia que tem creditado ao movimento bandeirante a conquista e expansão de fronteiras políticas e econômicas da nação e, reversamente, há outra que denuncia a devastação de povos indígenas e negros. A autora apresenta a chamada



"Lenda Negra" da história paulista como decorrente de uma historiografia elaborada por padres jesuítas nos séculos XVI e XVII onde bandeirantes apareciam como cruéis assassinos de índios e negros em oposição a uma outra, chamada "Lenda Dourada", elaborada por descendentes de conquistadores. Nesta segunda versão, os bandeirantes aparecem como aqueles que efetivaram a obra colonizatória e integraram as populações indígenas ao povo brasileiro.

De modo distinto, Bosi (1992) visualiza nas letras coloniais duas retóricas que correram em paralelo, mas que, por vezes, se tangenciaram: a primeira que serviu ao sistema agro-mercantil através dos seus porta-vozes intelectuais, com uma escrita firmemente amarrada à máquina econômica. A segunda, chamada "retórica humanista-cristã", teve a função de aproximar cultura e culto, utopia e tradição (p.37).

Embora critique o fascínio presente em muitos ufanistas paulistas, Souza (2000) considera importante delimitar as especificidades regionais das escritas coloniais ufanistas. No caso de São Paulo, considera que:

O regionalismo ufanista foi a resposta ideológica à generalização das detrações ou, quando muito, às ambigüidades. Como boa ideologia, desbastou as contradições inerentes ao papel histórico dos paulistas e sublinhou isolando as virtudes que, até então, nunca haviam se mostrado em separado dos vícios. (SOUZA, 2000, p.275)

Estes aspectos da vida nacional e do estado de São Paulo, conciliam-se com a história da Universidade de São Paulo. Diante do que foi exposto até aqui, nota-se um indisfarçável ufanismo nos posicionamentos de Souza Campos e Júlio Mesquita, dois dos intelectuais que escrevem o projeto de fundação da USP. Este projeto pretendeu efetuar a expansão das fronteiras acadêmicas do país e indicava a Universidade de São Paulo como a única capaz de levar adiante a vocação bandeirante do estado para o campo da investigação científica, os altos estudos e a cultura livre e desinteressada. O propósito inicial parece ter se efetivado. Na ocasião dos setenta anos da universidade, a obra organizada por Montoyama (2006) trouxe dados que indicavam o sucesso dos propósitos iniciais, que mantém USP na liderança em vários campos acadêmicos desde



a sua fundação (p.17-18). Uma possibilidade de explicação para essa conquista foi dada por Setúbal⁷ no prefácio da obra:

Pode-se chorar por aqueles que foram massacrados pelo avanço da tecnologia. Mas isso jamais detém o progresso nem, muito menos, altera seu resultado final (...). O conhecido processo de "destruição criadora" é uma das chaves interpretativas, entre tantas outras possíveis, para se avaliar os sucessivos êxitos alcançados pela Universidade de São Paulo e os efeitos modernizadores que provocaram na sociedade brasileira. (MONTROYAMA, 2006, p.13)

Um processo de conquistas dessa monta requer a participação de muitas pessoas em vários tempos. Assim, parece plausível considerar também qual tem sido a participação empírica do triângulo étnico no processo de expansão do ensino superior no Brasil desejado por esta universidade. A pesquisa, na qual este texto tem se apoiado, tenta delimitar alguns questionamentos sobre a atual configuração racial do corpo docente da USP. Trata-se de reflexões iniciais que não têm a pretensão de esgotar as possibilidades reflexivas do tema "docentes negros/as na USP".

Confinamentos.

Analisando a presença de professores negros no ensino superior, Carvalho (2007) aponta distância e isolamento como características das relações entre intelectuais e acadêmicos brancos e intelectuais e acadêmicos negros. Em outro estudo Carvalho (2003) aponta a ausência de um censo racial na docência das universidades públicas do país como um forte indício da (im)possibilidade de dar cor aos pares. Partindo da USP, propõe uma "síntese histórica da consolidação da rede racista na nossa academia" (p.170): "(...) temos um quadro universitário gigantesco e que reproduz essencialmente as características da rede original construída na USP: o *ethos* branco da academia brasileira" (p.171). O autor vê que a possibilidade de manutenção ou de mudança desse quadro está nas mãos dos professores, que têm a autonomia na gestão do sistema universitário.

Segundo Mayorga (2010), pesquisar a presença de negros no ensino superior é tentar dar contornos a algumas (in)visibilidades acadêmicas. No caso dos docentes negros, trata-se de um desafio porque, como indica Carvalho (2007), os negros não

⁷ Olavo Egydio Setúbal foi aluno do curso da Politécnica na USP e criador do Grupo Financeiro Itaú (Montoyama, 2006, p.19)



chegam a 1% dos docentes nas universidades públicas de todo o Brasil.⁸ Trata-se de uma temática delicada, polêmica e desconfortável, pois ainda que não tenha a intenção, para Wolff (1983), todo o corpo docente do ensino superior participa em maior ou menor medida da construção da desigualdade social.

(In) Conclusões: Realismo Carnavalesco?

Fábulas, seja a “fábula das três raças” ou a “ética da aventura”, possuem profundidade histórica e dão liga a uma memória social viscosa que lubrifica de forma (in)consciente muitas engrenagens da vida nacional. As fábulas podem ser consistentes a ponto de impermeabilizarem as tentativas de mostrar a distância significativa entre a presença empírica dos três elementos raciais e seu uso como recursos apenas ideológicos. Dessa forma, parece plausível perguntar como essas fábulas engrossam o curso histórico da USP. De início, pode-se dizer que são escorregadias, ambíguas e ambivalentes, e deixam rastros, como nesse seguinte panfleto⁹, que cumpre aqui não a função de dado empírico, mas a de metáfora provocativa para um instante cotidiano na universidade, representado pelas muitas festas discentes:

⁸ A pesquisa que enseja estas reflexões está ainda na fase de levantamento de dados, mas, não tem encontrado caminhos diferentes do que Carvalho (2007) já indicara.

⁹ Este panfleto foi material de propaganda da festa “Cervejada Maresias” divulgada também no Facebook. O panfleto da festa que aconteceu no dia 14 de maio de 2011, na Quadra de Samba Unidos do Peruche, traz os dizeres " Escola Paulista de Medicina e Centro Acadêmico XI de Agosto da USP apresentam: MARESIAS Onde os Franciscanos e Índios Se Encontram". A Escola Paulista de Medicina, indicada no panfleto, integra a Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP). Conforme página eletrônica da universidade, vários fatores teriam levado à criação da faculdade em 1933, dentre eles o elevado número de alunos excedentes que não entraram no curso da Faculdade de Medicina e Cirurgia, integrada a USP em 1934. O professor Otávio de Carvalho convidou os alunos excedentes a comporem o corpo discente de uma nova Faculdade, que veio a ser a Escola Paulista de Medicina. Segundo Souza Campos, o Centro Acadêmico XI de Agosto é a associação dos estudantes da Faculdade de Direito da USP, fundado no dia 11 de agosto de 1903.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Escola Paulista de Medicina e Centro Acadêmico XI de Agosto Direito USP apresentam

MARESIAS

Onde os Franciscanos e Índios se encontram

14 de Maio
Sábado - 14h

MARESIAS

ATRAÇÕES

PISTA POOL PARTY
FUNK NA ESPUMA
PISTA MARESIAS

GRUPO VO PRO SAMBA
MAREOS & VICTOR
DJ KIBE

OPEN BAR
SKOL

BOOM TEQUILA
CAIPIRINHA
JURUPINGA
CATUABA
VODKA
REFRI
ÁGUA

14 de Maio
Sábado - 14h

INGRESSO

1º Lote Associado:
H 35 M 30 (Ilimitado)

2º Lote Associado:
H 40 M 35

1º Lote Não Associado:
H 40 M 35 (Ilimitado)

2º Lote Não Associado:
H 45 M 40

PONTOS DE VENDA

A.A.A.P.B.
R Pedro de Toledo, 844 - Vila Clementino, SP | II 9507-7660 | II 5576-4436

Centro Acadêmico XI de Agosto Direito USP
R Riachuelo, 194 - Centro, SP | II 3111-4083 | II 3111-4082

Prima Dog
R Vergueiro 1960 V: Mariana (próximo ao metrô Ana Rosa) | II 5539-0179

Atletica Poli - Cidade Universitária | 3091 5696

Realização: Produção: Patrocínio: Promoção:

Local:
Quadra de Samba Unidos do Peruche
(Endereço: Avenida Ordem e Progresso, 1041 - SP)

Design: MBIPOCO

Não jogue este ingresso em vas publicas. Proibida a utilização do ingresso de qualquer forma.

“Onde os franciscanos e índios se encontram”, na USP, é uma boa pergunta a ser feita. A presença simbólica dos três elementos não é difícil encontrar, mas, onde estariam, no campo efetivo de construção e participação do projeto USP? Conforme indicado, Souza Campos (1954) trouxe as raízes além e aquém mar da presença portuguesa nesta universidade. Porém, seria possível sustentar que a Faculdade de Medicina, também conhecida como Campus do Araçá, sugeriria a presença indígena? Para completar o triângulo racial, seria necessário localizar também a presença negra. Estaria na quadra de samba "Unidos do Peruche" onde aconteceu a referida festa no dia 14 de maio de 2011, passados 123 anos da abolição no Brasil, fica o questionamento.

A presença simbólica de brancos, negros e índios numa mesma cena tem sido enredo de muitos outros carnavais, num país que se proclama democraticamente mestiço. Schwarcz (1995) analisa como a tradição possibilita certas persistências cujas lógicas devem ser recuperadas. Valendo-se da noção "estrutura da conjuntura" de M.



Sahlins¹⁰, a autora repensa a "antiga fábula das três raças" (p.9), apontada como "curinga para a representação da mestiçagem nacional" (ibidem), na qual cada elemento traria contribuições específicas para o "cadinho de raças" (p.5). Por hora, no caso da Universidade de São Paulo, importa considerar também que

para além da necessária referência ao contexto e às dimensões políticas (que revelam como a história é o estudo dos processos com os quais se constrói sentido), seria preciso pensar como, desmontados os "mitos de fundação", desconstruídas as categorias culturais - cujo significado é correlato à ação - ,restam valores não-reduzíveis ao seu significado imediato (Schwarcz,1995:11).

Referências Bibliográficas.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.345:Cultura brasileira e culturas brasileiras.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Edusp, Universidade de São Paulo, 2004.

CAMPOS, Maria José. “**Cassiano Ricardo e o mito da Democracia racial**”, REVISTA USP. São Paulo, n 68, p. 140-155. Dezembro/fevereiro 2005-2006

CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Cortez.1982.

CARVALHO, José Jorge. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos, 2007.

CARVALHO, José Jorge. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisas e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: GONSALVES E SILVA, Petronilha B.; SILVÉRIO, Valter (orgs.) **Ações Afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Editora INEP, 2003, p.161-192.

DAMATTA, Roberto. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira”, In: **Relativizando, uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990, pp. 58-87.

DANTAS, Carolina Vianna. “**O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república**”, Revista Tempo, Dossiê A nova “Velha” república. Vol. 13, n° 26, 2009.

¹⁰ SAHLINS, Marshall. (1990), Ilhas de história. Rio de Janeiro, Jorge Zahar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DIWAN, Pietra: **Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Contexto, 2007.

MAYORGA, Claudia. **Universidade cindida; universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade.** Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010.

MARINHO, Maria Gabriela. **A presença norte-americana na educação superior brasileira: uma abordagem histórica da articulação entre a Fundação Rockefeller e estruturas acadêmicas de São Paulo.** Revista Thesis. São Paulo: AJOMESP/Faculdade Cantareira, 2005, v. , p. 103-116.

MARINHO, Maria Gabriela. **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952).** Campinas: EDUSP-Autores Associados/Universidade São Francisco, 2001.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea.** Revista de História, São Paulo, n. 142-143, dez. 2000 .

MOTOYAMA, Shozo (org.). **USP 70 anos: Imagens de uma história vivida.** São Paulo: EDUSP, 2006.

MUNANGA, Kabengele. 100 anos de produção bibliográfica sobre o negro. Brasília: Fundação Cultural Palmares, Vol. 01, 2000.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre, um vitoriano dos trópicos,** São Paulo. Editora da UNESP, 2005.

SCHWARCZ, Lilia. **O complexo de Zé Carioca,** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 29, 1995.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914.** São Paulo: Companhia das letras, 1991.

WITTER, José Sebastião. **USP 50 anos: Registros de um Debate.** 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 300

WOLFF, Robert Paul. **O ideal da universidade.** São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

Sites Visitados.

Academia de Medicina de São Paulo. Disponível em:

<<http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/?pg=home&idioma=1>> Acesso em: 1 jun. 2011.

Facebook: Disponível em: <<http://www.facebook.com/>> Acesso em: 1 jun. 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Prefeitura Municipal de Araçatuba: Disponível em:

<<http://www.aracatuba.sp.gov.br/Conhe%C3%A7aata/aracatuba.html>> Acesso em: 1 jun. 2011.

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): Disponível em:

<<http://www.unifesp.br/index.php>> Acesso em: 1 jun. 2011.